



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT
SEPN 505 - Bloco B - Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar - Sala 108 - Brasília-DF
CEP: 70.730-542.
Tel.: (61) 3105-2082; sec.executiva@cnrh-srh.gov.br

Nota Técnica nº 004/CTCT

Brasília, 01 de setembro de 2008.

Assunto: Proposta de resolução que estabelece procedimentos para disciplinar a prática de reúso direto não potável de água na modalidade definida na Resolução CNRH n.º 54 de 28 de novembro de 2005, em seu Art. 3º. inciso II – “Reúso para fins agrícolas e florestais”: aplicação de água de reúso para produção agrícola e cultivo de florestas plantadas.

APRESENTAÇÃO

1. Para elaboração da proposta de resolução ora comentada, foram realizadas 9 reuniões no âmbito da CTCT, protagonizadas pelo Grupo de Trabalho para Regulamentação do Reúso da Água (GT – Reúso), promovidos encontros de profissionais ligados ao tema e encontros técnicos em diversas cidades brasileiras, de forma presencial ou por vídeo conferência, conforme histórico apresentado nos itens 11, 12, 13, 14 e no Anexo desta Nota Técnica.
2. A proposta de Resolução apresenta doze artigos que dispõem sobre aspectos técnicos e institucionais a serem observados para a prática de reúso direto não potável de água para fins agrícolas e florestais.
3. Esta Nota Técnica está estruturada da seguinte forma:
 - ✓ **Introdução**
 - ✓ **Estratégia da CTCT**
 - ✓ **Considerações sobre a proposta de Resolução**
 - ✓ **Considerações finais**
 - ✓ **Encaminhamentos**
 - ✓ **Anexos (Proposta de Resolução e Histórico dos Trabalhos do GT-Reúso)**

INTRODUÇÃO

4. A Política Nacional que estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reúso direto não potável de água, foi instituída em 28 de novembro de 2005, por meio da Resolução 54 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. Teve respaldo na Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH e dá ênfase ao uso sustentável da água.
5. O Plano Nacional de Recursos Hídricos contempla no Programa de “Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos” ações relativas a critérios e tecnologias para o reúso da água. Esse Programa destaca o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados à ampliação da oferta, ao aproveitamento e reúso da água, com a definição de três metas, a saber:
 - utilização de esgotos brutos e tratados na produção agrícola para alimentação e agroenergia;

- racionalização dos usos e do reúso da água em cadeias industriais e agroindustriais hidroativas;
- Aprovação e vigência de legislações estaduais específicas e de mecanismos descentralizados de indução a melhorias nos padrões de eficiência e no reúso da água.

6. Entre as competências da CTCT encontram-se

- propor e analisar mecanismos de fomento e estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico em matérias ligadas a recursos hídricos,
- propor diretrizes gerais para capacitação técnica buscando a excelência na área de gestão de recursos hídricos, ações, estudos e pesquisas, na área de recursos hídricos, visando a melhoria de tecnologias, equipamentos e métodos e
- analisar, estudar e emitir pareceres sobre assuntos afins.

7. A Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT, no âmbito de sua competência, conforme Resolução n.º 11 do CNRH de 21 de junho de 2000, foi responsável pela elaboração do texto submetido e aprovado pelo CNRH, que culminou na Resolução 54, de 2005, a qual *“estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reúso direto não potável de água, e dá outras providências”*.

8. Após a publicação da Resolução 54, a CTCT iniciou os trabalhos de elaboração da presente proposta de Resolução, a qual apresenta procedimentos para disciplinar a prática de reúso direto não potável de água na modalidade “Reúso para fins agrícolas e florestais: aplicação de água de reúso para produção agrícola e cultivo de florestas plantadas”.

9. É importante ressaltar que a CTCT, em sua dinâmica, conta em sua composição com representantes de diversos setores, a saber: Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente/SRHU, Ministério do Meio Ambiente/ANA, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério de Minas e Energia, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Distrito Federal/Goiás e Rio de Janeiro/São Paulo, Concessionárias Autorizadas de Geração Hidrelétrica, Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Comitês de Bacias Hidrográficas, Consórcios e associações intermunicipais de Belo Horizonte, Organizações Técnicas, Organizações de Ensino e Pesquisa, Organizações não Governamentais.

ESTRATÉGIA DA CTCT

10. A possibilidade de reúso de água não potável para fins agrícolas e florestais tem sido objeto de estudos e recomendações de várias entidades no âmbito nacional e internacional. Diante disso, e considerando a complexidade do tema em razão das interfaces envolvidas (saúde, qualidade dos recursos solos-águas-plantas), a CTCT definiu uma estratégia de trabalho pautada nas discussões e contribuições de seus integrantes, além de especialistas nas diferentes áreas de abrangência do escopo da proposta e de diversos palestrantes convidados.

11. O Grupo de Trabalho para Regulamentação da Prática de Reúso da Água – GT - Reúso foi formado por profissionais oriundos do grupo que elaborou o texto da Resolução 54/2005, além de novos profissionais mais interessados e especializados no reúso agrícola. Essa composição possibilitou a pesquisa e o detalhamento das questões técnicas e institucionais mais relevantes, necessárias à elaboração da presente proposta de Resolução. O GT – Reúso/Regulamentação iniciou os trabalhos em 20 de setembro de 2006 e concluiu os trabalhos em julho de 2007, tendo realizado 9 reuniões e elaborado 10 versões para discussão.

12. Com base na experiência profissional e acadêmica de seus integrantes e na análise de documentos e normas legais relacionados ao tema, as propostas foram sistematicamente surgindo, envolvendo tanto aspectos técnicos como institucionais, os quais estão apresentados no item

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO desta Nota Técnica.

13. Dois aspectos principais nortearam as discussões do GT: i) a proposição de uma norma sobre a prática de reúso em nível nacional considerando as particularidades regionais do nosso país; e ii) resguardar o princípio da universalidade no que concerne a critérios que visem à proteção da saúde humana. Foi consenso geral que somente poderia ter sucesso uma proposta que contemplasse tais aspectos. Como estratégia, portanto, como poderá ser observado no corpo da proposta, criou-se um arcabouço geral permitindo aos órgãos locais competentes avaliar e equacionar questões específicas a sua região de ação.

14. O GT – Reúso encerrou as suas atividades com a aprovação, por unanimidade pelos membros da CTCT, da Versão 10ª da proposta de Resolução que estabelece os procedimentos para disciplinar a prática de reúso direto não potável de água na modalidade “Reúso para fins agrícolas e florestais: aplicação de água de reúso para produção agrícola e cultivo de florestas plantadas”.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

15. No preâmbulo da Proposta de Resolução é elencado o marco regulatório que constitui seu arcabouço legal, conferindo-lhe legitimidade e respaldo, destacando-se a Resolução nº 54, de 2005, que estabelece as modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reúso direto não potável de água que, por sua vez, apóia-se na Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e dá ênfase ao uso sustentável da água. Ainda no preâmbulo, ressaltam-se as ações nacionais e internacionais relativas ao uso sustentável dos recursos hídricos.

16. Em seu Artigo 1º, a Proposta define o objetivo da Resolução, que está inserido no âmbito do Art. 3º. inciso II Resolução nº 54, de 2005.

17. No Artigo 2º são apresentadas definições, restringidas àquelas consideradas indispensáveis para a plena e inequívoca interpretação e aplicação desta Resolução e destaca-se que outras definições de termos utilizados na presente Resolução encontram-se na Resolução nº 54, de 2005.

18. O Artigo 3º da proposta de Resolução apresenta as características microbiológicas **recomendadas** para o reúso da água para fins agrícolas e florestais.

Os valores recomendados têm como referências centrais: (i) as diretrizes da Organização Mundial de Saúde para o reúso agrícola da água (WHO, 2006); (ii) o estado da arte do conhecimento sobre o tema, registrado na literatura nacional e internacional, com ênfase em aspectos de risco à saúde; (iii) a experiência acumulada pelos setores técnico e acadêmico nacionais, nesse último caso com destaque para as pesquisas conduzidas no âmbito do Programa Nacional de Pesquisa em Saneamento Básico (PROSAB).

19. O Artigo 4º da proposta de Resolução apresenta as características químicas **recomendadas** para a água em todos os tipos de reúso para fins agrícolas e florestais. Os valores **recomendados** visam minimizar os impactos ambientais no sistema solo-planta-águas subterrâneas e superficiais.

20. Para a composição das tabelas que constam no Artigo 4º, foram tomadas como referência as recomendações da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), sendo considerados os limites de restrição moderada para utilização de água para irrigação (Water quality for agriculture, R.S. Ayers and D.W. Westcot, FAO IRRIGATION AND DRAINAGE PAPER, 29 Rev. 1, Reprinted 1989, 1994).

No caso do mercúrio, por não haver recomendação estabelecida pela FAO, utilizou-se a legislação da Austrália e Nova Zelândia (Australian and New Zealand Guidelines for Fresh and Marine Water Quality: Volume 3 - Primary Industries - Rationale and Background Information. Australian and New Zealand Environment and Conservation Council, Agriculture and Resource Management Council of Australia and New Zealand, October 2000).

Cabe ressaltar que as referências aqui utilizadas constituem também base para muitas das

legislações brasileiras, em especial para a Resolução CONAMA nº 396/2008, na qual foram estabelecidos os padrões para a utilização de água subterrânea para irrigação, dentre outros.

21. Cumpre esclarecer que os valores sugeridos para Relação de Adsorção de Sódio e Condutividade Elétrica, constituem recomendações genéricas que visam à minimização de impactos sobre o solo (salinização e sodificação). Por sua vez, os valores para os demais elementos químicos têm por objetivo minimizar efeitos tóxicos às plantas.

22. Por tratar-se de um sistema (solo-água-planta) dinâmico e complexo, no parágrafo primeiro do Artigo 4º ressalta-se que os valores recomendados para a água em todos os tipos de reúso para fins agrícolas e florestais apresentados nas tabelas constantes do Artigo em questão, são passíveis de adequação em razão do tipo de solo, cultura e métodos de irrigação. Essas adequações deverão ser realizadas quando da elaboração do projeto de aplicação da água residuária (Artigo 6º desta Proposta).

23. O parágrafo segundo do Artigo 4º garante ao órgão competente, caso haja aportes significativos de efluentes não domésticos na bacia de contribuição da estação de tratamento, a possibilidade de inclusão de outros parâmetros a serem analisados.

24. O Artigo 5º da proposta de Resolução explicita os itens que deverão ser considerados pelo órgão competente na definição dos critérios para o plano de caracterização e monitoramento periódico da água de reúso. Nos seus cinco incisos encontram-se os fatores que contemplam o porte e todo o processo de tratamento de águas residuárias que poderão determinar a qualidade final da água de reúso e que deverão ser considerados.

25. No parágrafo primeiro do Artigo 5º destaca-se que o plano de amostragem da água de reúso, em consonância com o disposto no caput e nos incisos do artigo, deve contemplar critério de representatividade.

26. O parágrafo segundo explicita a responsabilidade do produtor da água de reúso na caracterização, monitoramento e divulgação dos resultados da qualidade de seu produto.

27. No Artigo 6º da proposta de Resolução, destaca-se a obrigatoriedade de elaboração de projeto que atenda aos critérios e procedimentos estabelecidos para a aplicação de água de reúso em solos agrícolas e florestais, projeto este que deverá ser firmado por profissional capacitado.

28. No parágrafo único do presente Artigo, é ressaltada a preocupação com o ambiente e a saúde, explicitando que a taxa de aplicação de água de reúso (objeto de detalhamento no projeto de que trata o caput do artigo) em áreas de cultivo deverá ser realizada sem comprometimento da qualidade do solo e das águas superficiais e subterrâneas.

29. O Artigo 7º reforça o conteúdo do parágrafo único do Artigo 6º e obriga a interrupção da aplicação da água de reúso nas áreas que apresentarem indícios de riscos de danos ambientais ou à saúde pública.

30. O artigo 8º apresenta as concentrações máximas **recomendadas** de elementos e substâncias químicas no solo. Destaca-se que as concentrações recomendadas no solo, apresentadas na tabela constante do referido Artigo, são valores máximos relativos à proteção à saúde humana propostos pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2006). Ressalta-se que, se o solo, previamente à aplicação da água de reúso, já apresentar concentrações superiores a aquelas constantes na tabela, terá sua utilização vetada, exceto se o projeto for para a recuperação ambiental, conforme disposto na Resolução CNRH nº 54/2005.

31. O Artigo 9º da proposta de Resolução define que os critérios para a caracterização e o monitoramento periódico do solo que recebe a água de reúso serão realizados de acordo com critérios definidos pelo órgão competente.

32. O Artigo 10º explicita a indispensabilidade de procedimentos de comunicação de acidentes e incidentes de forma que as devidas medidas preventivas e corretivas possam ser tomadas. Explicita

a responsabilidade dos atores envolvidos no reúso da água (produtor, manipulador, transportador e responsável técnico) em comunicar imediatamente aos órgãos competentes qualquer acidente ou incidente que caracterize risco ambiental ou à saúde, decorrente dos procedimentos sob sua responsabilidade.

33. Para garantir a confiabilidade e a possível comparação dos resultados dos parâmetros de qualidade de água e solo, no Artigo 11º ressalta-se que os métodos analíticos utilizados devem atender às especificações das normas nacionais que disciplinam a matéria e, na ausência destas, as internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

34. No Brasil, a prática de reúso direto não potável de água nas áreas agrícolas e florestais já é uma realidade em várias regiões sem, contudo, que haja normas que induzam as boas práticas agrícolas, em consonância com a proteção à saúde humana e à qualidade do meio ambiente.

35. A proposta de Resolução vem, portanto, em sincronia com a realidade e tendências internacionais, onde, em diversos contextos, a prática do reúso é uma atividade regulamentada e entendida como parte estratégica de planos e políticas de gestão dos recursos hídricos, assegurando o princípio dos usos múltiplos da água.

36. Acrescenta-se que o reúso de água reduz a descarga de poluentes em corpos receptores e constitui uma prática de racionalização e de conservação de recursos hídricos e, portanto, uma prática de uso sustentável da água, enfatizado na Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos.

37. A presente proposta de Resolução não tem a pretensão de esgotar as ferramentas necessárias para enfrentar o desafio de disciplinar a prática do reúso direto não potável de água e, em consequência, promover uso sustentável da água, como determinado pela Lei nº 9433/97, mas poderá ser uma peça estratégica na atuação da CTCT na formulação das Propostas das Resoluções específicas nas demais modalidades de reúso definidas na Resolução CNRH n.º 54 de 28 de novembro de 2005.

38. Finalmente, a proposta de Resolução encaminhada contempla manifestações de diversos setores da sociedade o que lhe dá sustentação e credibilidade.

ENCAMINHAMENTOS

39. A presente proposta visa atender a solicitação encaminhada à CTCT pela plenária do CNRH

ANEXO

Histórico dos Trabalhos do GT-Reúso

HISTÓRICO DAS REUNIÕES DO GT-REÚSO

A retomada dos trabalhos do GT-Reúso ocorreu no dia 20 de setembro de 2006, em Brasília, com a participação de 19 instituições, a saber: MMA, MS/Fundação Nacional de Saúde, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), Petróleo Brasileiro SA (PETROBRAS), MAPA, Ministério das Cidades (MCIDADES), MI, Agência Nacional de águas (ANA), Universidade de São Paulo (USP), Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (SEMARH-DF), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Representantes dos Comitês e TC/BR.

A dinâmica utilizada pela coordenação do GT-Reúso abarcou, num primeiro momento, a apresentação de experiências em reúso por convidados e, no segundo momento, a discussão da proposta de minuta propriamente dita. O intervalo entre as reuniões compreendeu um espaço aberto para o envio por meio eletrônico de contribuições de especialistas de todo Brasil para serem debatidas nas reuniões presenciais. Na primeira reunião, o Coordenador Dr. Demetrios Christofidis (MI) apresentou os “Propósitos, expectativas e resultados esperados”. O Eng. João Marcelo (TC/BR) expôs uma retrospectiva dos trabalhos realizados na fase que antecedeu a Resolução CNRH n.º 54. O Eng. Devanir Garcia dos Santos (ANA) explanou “A visão da ANA sobre o Reúso” e o representante da SABESP, Eng. Américo Sampaio, “O potencial de Reúso de água no Brasil”. O Prof. Dr. Ivanildo Hespagnol, do Centro Internacional de Referência em Reúso de Água (CIRRA), trouxe ao GT-Reúso a “Experiência Internacional – A proposta e os padrões.” Após as apresentações, procedeu-se à discussão da minuta proposta pelo Prof. Dr. Ivanildo Hespagnol.

No período que antecedeu a realização da segunda reunião do GT Reúso/CTCT, foram recebidas contribuições do Prof. Dr. Suetônio Mota da Universidade Federal do Ceará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Suínos e Aves, que foram inseridos no texto da minuta para serem discutidos durante a segunda reunião.

A segunda reunião aconteceu em vídeo conferência nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba no dia 26 de outubro de 2006. A reunião contou com a participação de 30 instituições conforme descrito abaixo:

- Brasília: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), ANA, MMA, MCIDADES, MAPA, Universidade de Brasília, SEMARH, FIESP, CNI, Elabore Consultoria, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO);
- Curitiba: Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Universidade Federal do Paraná (UFPR), MMA, Instituto de Assistência Técnica e Rural (EMATER), Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental do Paraná (SUDERHS);
- Rio de Janeiro: PETROBRAS, EMBRAPA Solos, Rio de Janeiro Refrescos Ltda., Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN);
- São Paulo: MI, SABESP, MS/FUNASA, FIESP, Centro de Tecnologia Canavieira (UNICA/CTC).

As contribuições dos participantes eram enviadas à Coordenação em São Paulo para serem consolidadas e defendidas por seus propositores e debatidas por todos os participantes.

A terceira reunião do GT-Reúso aconteceu no dia 13 de dezembro de 2006 em Brasília e contou com a participação de 18 instituições, a saber; MCIDADES, MI, MS/FUNASA, MMA, MAPA, Elabore Consultoria, CNA, SEMARH, Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), ABES, UNICA/CTC, PETROBRAS, ANA, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Unaí, FIESP, PATRI Relações Governamentais e Políticas Públicas.

O Prof. Dr. Demetrios Christofidis (MI) iniciou a reunião apresentando um histórico das reuniões anteriores do GT-Reúso. O Sr. Sérgio Bonfim Pereira (SAAE-Unaí) expôs aos participantes a situação do Reúso no município mineiro de Unaí e o Prof. Dr. Rafael Kopschitz Xavier Bastos (UFV) falou sobre as Diretrizes do Programa de Pesquisas em Saneamento Básico

(PROSAB) para Reúso de Água.

No segundo momento foram discutidos os artigos já constantes da minuta de Resolução. Foram feitas modificações na resolução baseadas na apresentação das diretrizes do PROSAB e contribuições dos presentes.

A quarta reunião do GT-Reúso foi realizada no dia 04 de maio de 2007, em Brasília e contou com a participação de 16 instituições, citadas a seguir: MCIDADES, MI, MS/FUNASA, Ministério do Turismo (MTURISMO), MAPA, Elabore Consultoria, SEMARH, UNB, ABES, ANA, UFV, MDIC, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), MME, CAESB e Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Conforme as reuniões anteriores, o Coordenador do GT-Reúso Prof. Dr. Demetrios Christofidis apresentou um breve histórico das reuniões anteriores, seguido da apresentação do Eng. Athadeu Ferreira da Silva (CODEVASF) sobre o projeto piloto de Reúso de Água da CODEVASF.

No período que antecedeu a quinta reunião do GT-Reúso, foram recebidas contribuições dos especialistas Ivonete Silva Chaves (IAP) e da Prof. Dra. Célia Regina Montes (USP) que foram consolidadas e incluídas na versão a ser discutida na quinta reunião.

A quinta reunião ocorreu no dia 13 de julho de 2007, em Brasília, com a participação de 8 instituições, a saber: MI, MS/FUNASA, Elabore Consultoria, ANA, CAESB, UFV, Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental (IBRAM) e MMA. A partir dessa reunião, a Coordenação em conjunto com os participantes do GT-Reúso decidiram trabalhar somente na consolidação das sugestões da proposta de minuta. Nessa reunião foram discutidas as propostas enviadas pelos especialistas do IAP e USP.

A sexta reunião aconteceu em Viçosa/MG durante a realização do Workshop de Uso e Reúso de Águas Residuárias organizado pela UFV, nos dias 23 e 24 de agosto de 2007. Nessa reunião participaram 11 instituições na qual houve um avanço significativo na consolidação da proposta de resolução para Reúso Direto de Água para Fins Agrícolas e Florestais. Participaram da reunião especialistas das seguintes instituições: MI, MS/FUNASA, UFV, IAP, MAPA, SABESP, Universidade Católica de Brasília (UCB), PETROBRAS, ANA, USP e Secretaria de Recursos Hídricos (SRH).

A sétima reunião consistiu num Workshop organizado pelo GT-Reúso sobre “Alternativas para tratamento e reúso de água para lavagem de veículos”. O objetivo do Workshop foi apresentar o estado da arte das pesquisas realizadas para tratamento e reúso de água em lavagem de veículos além de discutir os critérios mínimos a serem adotados para regulamentação do reúso de água na lavagem de veículos em postos de combustíveis. O evento foi dirigido aos representantes das Distribuidoras de combustíveis e donos de postos de combustíveis, além de subsidiarem futuras discussões sobre o tema.

As pesquisas apresentadas no workshop foram:

- Pesquisas da PETROBRAS DISTRIBUIDORA sobre Reúso de Água em Postos de Combustíveis, por Geraldo César Córdova, Eng. Mecânico, consultor da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A em lavagem de veículos, tratamento de água e de efluentes.
- Estado da Arte da Pesquisa de Reúso de Água para Lavagem de Veículos na UNB, por Dr. Marco Antônio Almeida de Souza, Eng. Químico, Membro do grupo de pesquisa “Tratamento de Água para Abastecimento e Águas Residuárias da UNB”.
- Estado da Arte da pesquisa de Reúso de Água para Lavagem de Veículos na UCB, por Dra. Lucijane Monteiro de Abreu, Eng. Civil, Profa. Titular UCB.
- Tratamento de Efluentes de Lavagem de Veículos – Desenvolvimento de Sistema Compacto em Escala Real – Parceria Universidade/Empresa, por Dr. Carlos Gomes da Nave Mendes, Eng. Civil, Prof. Titular UNICAMP.
- Pesquisa e Desenvolvimento de Estações de Tratamento de Água para Reúso – ETAR, por Dr. Jailton da Rosa, Eng. De Minas, Prof. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Potencial de Economia de Água Tratada Através do Aproveitamento de Águas Pluviais em Postos de Combustíveis: estudos de caso, por Dr. Eneir Ghisi, Eng. Civil, Pesquisador do Laboratório de Eficiência Energética em Edificações da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Resolução CNRH n.º54, de 28 de novembro de 2005 e Proposta de Resolução para Fins

Agrícolas e Florestais (2007) – Modalidades para reúso direto não potável de água, por Dr. Demetrios Christofidis, Coordenador do GT-Reúso.

Após a apresentação dos palestrantes, o Prof. Dr. Demetrios Christofidis abriu a discussão aos convidados.

A oitava reunião do GT-Reúso foi marcada para o dia 22 de outubro de 2007, com o objetivo de fechar a proposta de resolução discutida ao longo de aproximadamente 14 meses. Participaram da reunião 8 instituições, a saber: IBRAM, MS/FUNASA, MI, ANA, CAESB, PETROBRAS, Elabore Consultoria, MMA. A partir dessa reunião consolidou-se a proposta que foi apresentada e aprovada com unanimidade no plenário da CTCT em Foz do Iguaçu no dia 26 de outubro do mesmo ano.